

CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: ITINERÁRIOS PELA ARQUITECTURA MODERNA LUSO-AFRICANA (1944-1974)

ANA VAZ MILHEIRO

ISCTE_IUL, Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa, Dinâmia_CET
avmilheiro2@gmail.com

Resumo:

A fase final da colonização portuguesa em África acelera os processos de ocupação do território. O Estado Novo é responsável por um conjunto de projetos urbanos e de equipamentos públicos que transformam a maioria das cidades ultramarinas, repercutindo-se na contemporaneidade. Os contributos para esta alteração da paisagem construída vêm dos organismos sediados em Lisboa, sob tutela do Ministério do Ultramar (caso muito particular do Gabinete de Urbanização Colonial criado por Marcelo Caetano em 1944), das Repartições de obras públicas locais (onde se assiste à instalação de técnicos especializados) e também de particulares que investem na então África Portuguesa através da construção de equipamentos (designadamente de lazer, como cineteatros, entre outros), contratando profissionais metropolitanos ou já fixados em África. Com este ensaio, propõe-se mapear algumas das obras construídas em Cabo Verde e na antiga Guiné Portuguesa, a partir do final da segunda guerra mundial e até às independências dos dois países. O itinerário seguido identifica uma *arquitetura moderna cabo-verdiana e guineense*, incidindo sobre as cidades da Praia, Mindelo e Bissau.

Palavras-chave Arquitetura luso-africana, Estado Novo, Cabo Verde, Guiné-Bissau

*

AFINIDADES GUINEENSES E CABO-VERDIANAS NO QUADRO COLONIAL PORTUGUÊS

A proximidade geográfica entre o arquipélago de Cabo Verde e a atual Guiné-Bissau permite que a história colonial dos dois países seja partilhada em alguns dos seus aspetos fundacionais. Esta mesma história, traçada em paralelo, inicia-se em meados do século XV, com as primeiras incursões dos navegadores ao serviço da coroa portuguesa nesta região do continente africano, e estende-se, pelo menos, até um período avançado em Oitocentos. Na segunda metade do século XIX, as duas colónias começam a beneficiar da aplicação de “um vasto conjunto de medidas que”, findo o ciclo colonial brasileiro, em 1822, “[visam] garantir e proteger a [...] ocupação efectiva” das possessões portuguesas em África (Alexandre; Dias, 1998, p. 198). Em 1879, a Guiné *emancipa-se* de Cabo Verde para se tornar uma “província autónoma” (Barreto, 1938, p. 66), coincidindo com o ano da elevação de Bolama a sua “capital política e económica” (Alexandre; Dias, 1998, p. 262). Outros acontecimentos, como as constantes migrações entre os dois territórios, por exemplo, complexificam esta teia de proximidades, que será, na devida altura, explorada pelos movimentos independentistas africanos e pelo Estado Novo, por vezes reforçando-a e, por outras, incitando rivalidades. Mas, para lá das questões políticas, imperativos economicistas ditarão muitas vezes a partilha de técnicos

especializados, em missão aos dois territórios, designadamente na preparação de planos urbanos, onde se incluem os arquitetos¹.

Na derradeira fase colonial portuguesa, entre a Segunda Guerra mundial e a revolução de Abril de 1974, de que se ocupa este ensaio, Cabo Verde e Guiné progridem contudo para estruturas administrativas autónomas e realidades económicas, sociais e culturais distintas. A guerra colonial que arranca na Guiné em 1963, e que nunca se estende ao território cabo-verdiano, assinala um dos aspetos da diferença. Mas as duas colónias também compartilham ideais comuns, já mencionados, como provam as aspirações independentistas do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, liderado por Amílcar Cabral até à sua morte em 1973. Esta afinidade é exposta em abordagens de forte carga ideológica, como em *História da Guiné e ilhas de Cabo Verde* onde se descreve a luta cabo-verdiana e guineense “contra o colonialismo português” enquanto manifestação dessa mesma proximidade (PAIGC, 1974, p. 48). O estudo, patrocinado pelo próprio PAIGC, reflete as então recentes correntes pós-coloniais que colocam África no centro das novas narrativas, encontrando assim um sentido de identidade e união entre os povos africanos e possibilitando o esbatimento de especificidades regionais e nacionais.

Traçar um itinerário análogo para as culturas urbanística e arquitetónica, promovidas durante o Estado Novo, não se inscreve obviamente na mesma tradição historiográfica mas parte do princípio que a arquitetura clarifica alguns aspetos comuns. O mais importante é a condição periférica vivida tanto por Cabo Verde como pela Guiné, face a províncias africanas com melhor *performance* económica, como Angola e Moçambique. Esta situação, também partilhada por São Tomé e Príncipe, manifesta-se nos partidos arquitetónicos e urbanísticos dominantes. Destaca-se entre estes a presença de uma cultura próxima das reflexões teóricas e da prática dos profissionais da metrópole, ao contrário das suas congéneres angolana e moçambicana, por exemplo, que aperfeiçoam direções próprias. O facto permite mapear, na antiga África portuguesa, dois quadros evolutivos distintos (Milheiro, 2012a). O primeiro, mais celebrado pela historiografia portuguesa (Fernandes, 2002, etc.), reforça o desenvolvimento de uma corrente claramente filiada nos padrões do Estilo Internacional que depois da Segunda Guerra vulgarizam a disseminação dos princípios do Movimento Moderno. Este é o caso de Angola e Moçambique, onde uma cultura moderna serve, a partir da década de 1950, os objetivos progressistas e de desenvolvimento económico, industrial, e outros, fomentado por algumas das estruturas coloniais públicas e privadas ao serviço do Estado Novo. Esta expressão encontra plena justificação nos desempenhos tropicalistas do Movimento Moderno e no

¹ É o caso do envio de arquitectos do Gabinete de Urbanização Colonial/do Ultramar em missões que muitas vezes incluem estadias nos dois territórios e a realização de relatórios comuns.

compromisso de um círculo de arquitetos que se autonomiza dos debates da metrópole. Já em Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe, regiões sem um apelo forte à fixação de profissionais mais qualificados fora da segurança proporcionada pelos organismos do funcionalismo público, as produções urbanística e arquitetónica reproduzem uma maior dependência da cultura metropolitana, multiplicando de maneira mais expressiva as suas formas. A mesma condição periférica determina o uso de técnicas construtivas mais convencionais, amiudadamente inspiradas nos sistemas tradicionais, dada a inexistência de uma indústria da construção pujante, como acontece nas colónias maiores. Este especto condiciona igualmente as soluções arquitetónicas.

É neste quadro que se pretende enunciar um conjunto de projetos e principalmente de edifícios construídos que preencha um espectro alargado da cultura arquitetónica luso-africana utilizando para isso três níveis de leitura: 1. Arquitetura de representação de imaginário histórico-nacionalista, ligada naturalmente a manifestações do poder colonial. Esta expressão é preponderante em equipamentos estratégicos, como estruturas administrativas, complexos de ensino técnico e liceal, ou infraestruturas hospitalares; 2. Arquitetura do Movimento Moderno, com recurso a elementos conotados com uma linguagem mais abstrata, como grelhagens, pilotis, coberturas planas, etc. Trata-se de uma abordagem excecional nestes territórios, relacionada com programas mais progressistas, casos de equipamentos de lazer ou sedes de empresas coloniais; 3. Arquitetura orgânica, correspondendo a uma inovação linguística, que imprime aos projetos realizados um particular entendimento do *lugar* e fazendo uso dos materiais locais, colocando estas regiões africanas no eixo da cultura arquitetónica metropolitana, pós-inquérito à *Arquitetura Popular Portuguesa* (1955-1961). Encontra-se nesta categoria, alguma habitação de promoção pública e equipamentos de menor escala, como escolas primárias e tanques comunitários. Estas realizações não correspondem exatamente a quadros cronológicos sequenciais, podendo coexistir no mesmo plano temporal. Dependem, muito provavelmente, do empenho da entidade encomendadora ou do organismo responsável pelo projeto. Consideram-se aqui três promotores: projetos promovidos pelo poder central e desenvolvidos em Lisboa, realizados por arquitetos integrados em organismos oficiais sob tutela do Ministério das Colónias e do Ultramar²; projetos da responsabilidade das repartições locais de Obras Públicas, que no caso de Cabo Verde e da Guiné nem sempre empregam arquitetos (sendo mais frequente a figura do desenhador ou do engenheiro); projetos de iniciativa privada que podem compreender encomendas a arquitetos metropolitanos, fixados localmente ou em outras colónias portuguesas.

² Encontram-se neste enquadramento os arquitectos do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1951), do Gabinete de Urbanização do Ultramar (1951-1957) e da Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações (1958-1974).

Idêntica sistematização pode ser aplicada aos planos urbanos, ainda que neste caso a promoção seja naturalmente pública (excluindo-se, portanto, os promotores privados). Os planos obedecem assim a três linhas de orientação, ou “partidos urbanísticos”: uma primeira fase de monumentalização do espaço público e das estruturas viárias que corresponde à consolidação da cidade formal; um segundo momento, onde a inclusão da cidade informal marca o “olhar” do arquiteto urbanista privilegiando esquemas mais orgânicos, designadamente quando se trata de alojar as populações africanas e/ou desfavorecidas; e um último estágio, que não chega exatamente a ser aplicado por coincidir com as independências, mas que sugere a aplicação de fatores mais quantitativos, como acontece noutros espaços coloniais portugueses (Milheiro, 2012b).

ARQUITETURA S DE REPRESENTAÇÃO

Nos principais núcleos urbanos guineenses e cabo-verdianos, o pós-Guerra corresponde a uma fase de consolidação do poder colonial através do reforço da presença de uma “arquitetura de representação” que ocupa localizações proeminentes em projetos urbanos muitas vezes herdados do período republicano, como é o caso de Bissau³. O traçado desta cidade é fortalecido com o plano aprovado em 1948, cuja conceção é provavelmente da responsabilidade de técnicos integrados no recém-criado Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), com sede em Lisboa (Milheiro, 2012b). Programas estratégicos na capital guineense, como o Palácio do Governo ou a Sé catedral, são igualmente objeto de remodelação nesta época, dando início a um fenómeno de acentuação de um padrão linguístico de maior monumentalidade e conotação metropolitana pelos profissionais do GUC. O processo corresponde ao ciclo de governação de Manuel Maria Sarmiento Rodrigues (1945-1948)⁴. Uma série de missões prospetivas aos territórios coloniais, empreendidas por este conjunto de profissionais, permite assim avaliar as necessidades mais urgentes.

Em 1945, João António Aguiar e José Manuel Galhardo Zilhão assinam a reforma do palácio guineense, enquanto João Simões corrige os “devaneios” historicistas de Vasco Regaleira no templo católico⁵, possibilitando terminá-lo após anos de indecisão estilística⁶. Juntamente com a Enfermaria mista de Bafatá⁷, também da sua autoria, Simões aprofunda uma expressão arquitetónica inspirada na arquitetura tradicional

³ José Guedes Quinhones, Repartição de Fomento – Direcção de Agrimensura, 1919

⁴ Plano Geral de Urbanização da cidade de Bissau, aprovado por Sarmiento Rodrigues, Repartição Colonial dos Serviços Geográficos Cadastrais, 1948 [AHU, rolo 22]. A maioria das inovações do plano, face ao desenho de Quinhones, não são aplicadas.

⁵ O projecto de Regaleira para a Sé de Bissau é de 1942.

⁶ Em 1952 está já concluído (*Guiné Alvorada do Império*, 1952)

⁷ Trata-se igualmente de um projeto de ampliação (Simões, João, *Projecto da Enfermaria Mista de Bafatá – Guiné, Memória Descritiva e Justificativa*, Gabinete de Urbanização Colonial, Ministério das Colónias, Lisboa, 10/Junho/1946, trab. 32, Cx. 65).

do sul de Portugal, convenientemente adaptada aos trópicos (Milheiro, 2012a). A planta em “H” da enfermaria é justificada pelos aspetos funcionais. A memória descritiva e justificativa reserva um espaço significativo para as normas construtivas, escusando-se a quaisquer comentários de ordem estética.

Entre o significado historicista da abordagem à sede do governo, e os projetos “tradicionalistas” de Simões, irá jogar-se uma configuração tipo que norteará os edifícios de representação na província, elaborados por uma segunda geração de arquitetos que consolida a sua prática quando este organismo passa a Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU). Mário de Oliveira, Eurico Pinto Lopes e principalmente Lucínio Cruz são os arquitetos que maior número de projetos assinam dentro deste partido arquitetónico.

Bissau é portanto uma cidade “nova”, ganhando fôlego a partir da primeira República e tornando-se recetiva a uma concentração significativa de programas públicos desenhados entre o final da década de 1940 e os primeiros anos da década seguinte. A configuração *Cidade Jardim* que mantém até à atualidade, resultante do predomínio dos programas residenciais unifamiliares (originalmente destinados tanto à população “indígena”, como à comunidade “branca”) integra-a no imaginário da urbe africana ideal.

A listagem de programas desenhados a partir de Lisboa inclui equipamentos de saúde (o pavilhão principal do Hospital Central de Bissau, de Mário de Oliveira, 1951, ou o pavilhão de fisiologia, a cerca de 6km do centro da cidade, de Oliveira com Lucínio Cruz, 1953⁸), distribuição postal (sede dos Correios, Telégrafos e Telefones, Cruz, 1950-1955), desportivos (sede do Sport Benfica e Bissau, Lopes, 1955⁹), serviços (mercado municipal, Cruz, 1948¹⁰, ou Estação Meteorológica, Cruz, 1952), religiosos (residência das Irmãs de Bissau, Oliveira, 1948¹¹), corporativos (Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria, Lopes, s.d.¹²), etc. Outros edifícios, cujos projetos não foram ainda referenciados, podem perfeitamente partilhar a mesma origem projetual. É o caso do Museu e Centro de Estudos (c. 1948), do Lar de Rapazes¹³, da Central Eléctrica, da Alfândega ou das instalações da marinha¹⁴. As duas escolas primárias que estão na génese do atual Liceu Nacional Kwame N’Krumah estão igualmente identificadas como projetos -tipo do GUC. A escola

⁸ O antigo Hospital Central é atualmente o Hospital Nacional Simão Mendes e o velho pavilhão de Fisiologia, que se destaca no período colonial enquanto hospital militar, hoje em ruínas, integra o complexo do Hospital 3 de Agosto.

⁹ Também neste grupo de equipamentos se insere a sede do Sporting Clube de Bissau, cujo projecto não foi localizado.

¹⁰ Demolido depois de 2009.

¹¹ Atual Escola Prof. António José de Sousa (?). Fora de Bissau, destaque, por exemplo, para a remodelação da Igreja de Bafatá, Lopes, 1950.

¹² Atual Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Guiné.

¹³ Atual Liceu Dr. Agostinho Neto.

¹⁴ O álbum fotográfico *Guiné Alvorada do Império* (1952), reproduz já terminadas as obras do cais do Pijiguiti ou o campo de aviação de Bissau. Outras obras públicas, localizadas no interior da província, são igualmente publicadas, como as escolas primárias tipo, depósitos de água, pequenas capelas, missões católicas, postos sanitários, postos agrícolas ou residências de funcionários, etc. Muitos destes equipamentos existiam ainda em 2011 (conforme verificação no local).

primária situada no Alto-Crim (Agência Geral do Ultramar, 1961, s.p.), de planta em “U”, estabiliza, antes de 1961, um modelo mais moderno em oposição ao projeto-tipo de pendor tradicionalista que se dissemina nas povoações do interior de província, logo imediatamente ao final da guerra e que provavelmente é desenvolvido localmente (Correia, 1948). O estádio Sarmiento Rodrigues¹⁵ deve-se à passagem da Brigada de Construção de Moradias, liderada por Paulo Cunha, sendo inaugurado em 1947 (Neves, 1949). O atual Ministério da Justiça ostenta uma arquitetura eclética que recorda abordagens estéticas anteriores ao arranque do GUC.

Regressando à lista identificada como da autoria dos arquitetos do Gabinete de Urbanização, o Sindicato inscreve-se no edifício tropical tipo, correspondendo a uma tipologia corrente das Obras públicas estado-novistas em todos os territórios coloniais e que já se adiantou anteriormente decorrer dos edifícios luandenses localizados na zona portuária da capital angolana, desenhados por Pinto Lopes em 1948 (Milheiro, 2011). Mais recentemente, a investigação sobre as propostas arquitetónicas do GUC para Cabo Verde, onde uma implantação urbana mais antiga descarta a urgência, que se sente em Bissau, em propor novos edifícios de representação, permitiu identificar o projeto original para um edifício de Repartições Públicas¹⁶, de 1946, assinado pelo arquiteto tirocinante Alexandre Bastos¹⁷. O desenho aproxima-se da configuração depois aprofundada pelos seus colegas metropolitanos: volumetria paralelepípedica, arcadas no piso térreo e cobertura de quatro águas. Rogério Cavaca, então diretor dos serviços, confirma na memória descritiva e justificativa que a “fachada principal, virada a NO., é protegida contra a insolação por uma galeria com 1,80 m de largura que se repete nos dois pisos” (Cavaca, 1946, p. 2). O edifício atual é bastante próximo do projeto, permitindo conjecturar que talvez se esteja aqui perante um primeiro ensaio.

O contributo para Cabo Verde deste grupo de arquitetos que trabalham a partir de Lisboa é contudo mais esparso. A originalidade deste arquipélago em relação à Guiné, principalmente se comparados os principais centros urbanos dos dois antigos territórios coloniais (Praia, Mindelo e Bissau), é a relativa autonomia na produção local de projetos garantida por técnicos que militam no funcionalismo público. Mas também na Guiné, importantes equipamentos, como a sede dos bombeiros, concluída em 1960 (Possolo, 1960, p. 8), e principalmente as novas instalações do liceu nacional Honório Barreto (1961-1963¹⁸), se devem à Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, Portos e Transportes (RPSOPPT). O último terá sido traçado pelo

¹⁵ Atual Estádio Lino Correia.

¹⁶ Atual sede da Direção da Polícia Nacional, na cidade da Praia.

¹⁷ Trab. 69 do GUC, identificado como “Projecto de um Edifício de Repartições Públicas Cabo Verde” (AHU, Cx108).

¹⁸ Segundo comprova a 2ª edição de *Guiné – Pequena Monografia*, o novo edifício encontra-se em funcionamento em 1967.

engenheiro Carlos Abel Aires que, em 1967, preside à Comissão de Estética das Obras Públicas cabo-verdianas, facto que atesta a mobilidade dos funcionários coloniais.¹⁹

Em Cabo Verde, cidades de génese mais antiga e consolidação repartida ao longo da ocupação colonial, oferecem então um maior número de equipamentos e edifícios históricos, com maior potencial de “representação”. Realizações estratégicas no domínio da promoção pública são numa primeira fase da responsabilidade local, como o Palácio da Justiça da Praia (c. 1956 ?)²⁰, a Escola Técnica Elementar do Mindelo (1955-1957²¹), ou a Secção da Praia do Liceu Gil Eanes (depois Liceu Adriano Moreira, 1956-1960²²). O designer Luís Tavares de Melo parece estar associado aos três projetos. A sua longevidade nos serviços de Obras Públicas de Cabo Verde é comprovada pelos projetos que continua a assinar para o arquipélago, ainda na década de 1970. Este conjunto denuncia uma alteração de gosto estético nos edifícios de promoção pública. Elementos arquitetónicos de inspiração *deco*, uma das linguagens presentes nos edifícios públicos correntemente associados a iniciativas da primeira República ou que arrancam no início dos anos de 1930 – ainda que nem sempre totalmente abandonados –, são contudo relegados para um plano secundário. No entanto, uma arquitetura de filiação *deco* pode ser encontrada em programas de grande impacto na sociedade colonial de Santiago, por exemplo, inaugurados na primeira metade dos anos de 1950, como o bairro Craveiro Lopes (Praia, 1954) ou a Missão Veterinária de São Jorge dos Orgãos (1955)²³.

A arquitetura das duas escolas atribuída a Melo Tavares obedece já a partidos arquitetónicos inspirados na arquitetura da metrópole que substitui a configuração *deco* dos edifícios públicos coloniais, como acontece em outros pontos do Império português. No Mindelo, a varanda exterior que serve simultaneamente de espaço de circulação e de recreio coberto, protegendo da insolação, é claramente uma expressão tropical que transita de outros partidos arquitetónicos. Já na Praia, o modelo é mais ambicioso e erudito, interpretando a solenidade do programa. O edifício implantado em “L” apresenta dois acessos independentes, delimitando o largo adjacente que recebe um padrão das comemorações henriquinas

¹⁹ Segundo documentação consultada no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, na Praia.

²⁰ A importância do edifício leva a que um projeto de melhoramentos geral seja desenvolvido em Lisboa (s.i. “Alteração às Plantas e Fachadas do Palácio da Justiça da Cidade da Praia”, [1956] IPAD cota: 7426). No entanto o edifício atual não difere muito do projeto realizado localmente.

²¹ A escola Técnica é ampliada em 1973 com um projeto do arquiteto João Duarte Ferreira no âmbito da Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes da Província de Cabo Verde (Ferreira, João Duarte, “Novo conjunto de salas de aula da Escola Técnica do Mindelo”, anteprojeto, Praia: RPSOPT, 20/01/1973, Arquivo Nacional Histórico de Cabo Verde).

²² Atual Escola Secundária Domingos Ramos. Também é objeto de reformulação pelo mesmo arquiteto (Ferreira, João Duarte, “Salas de Aula a Construir no liceu Adriano Moreira”, Praia: RPSOPT, 25/05/1973, Arquivo Nacional Histórico de Cabo Verde).

²³ Arquitetura de inspiração *deco* caracteriza muitas escolas e postos escolares cabo-verdianos concluídos nos anos de 1950, como na povoação de Curralinho, por exemplo (Carvalho, 2006).

(Severo Portela Júnior, 1960). A primeira entrada serve o átrio principal e o auditório, talvez a pensar num uso não exclusivamente escolar. A segunda é assinalada por uma torre, elemento compositivo que se encontra em outros programas escolares coloniais, desde o projeto para o liceu luandense Salvador Correia²⁴ (José Costa Silva/JCETS, 1936-1941) até aos edifícios destinados ao ensino técnico, também em Angola (Milheiro, 2012). Um programa ornamental em azulejaria²⁵ completa o quadro da iconografia colonial do novo liceu planeado para 800 alunos e que definitivamente termina com a obrigatoriedade dos estudantes da ilha de Santiago se deslocarem para São Vicente a fim de ingressarem nos estudos liceais (Carvalho, 2006).

No Mindelo, todavia, as funções do velho liceu estão em vésperas de serem transferidas para um novo edifício, projeto enviado da metrópole, da responsabilidade da Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (DSUH-DGOPC) que sucede ao GUU. A mudança está já prevista no esboço do plano de urbanização da cidade que João Aguiar assina em 1959, já como Inspetor Superior do Ministério do Ultramar, e que serve de anteproposta aos trabalhos de urbanismo desenvolvidos a partir do ano seguinte por José Luís Amorim, e depois por um novo grupo de urbanistas da DSHU-DGOPC, onde se destaca Maria Emília Caria ou Fernando Schiappa de Campos (mas onde também continua a militar Mário de Oliveira). O plano de Aguiar está ainda informado pelas opções de monumentalização da cidade e por um esforço de sectorização que os planos posteriores irão adaptar em aproximações a escalas cada vez mais territoriais e menos localizadas.

Implantando em lote distinto do que é sugerido no estudo de Aguiar, o novo Liceu Gil Eanes (Lopes, 1961-1968?)²⁶ relança o debate sobre os sistemas construtivos disponíveis no arquipélago, abandonando-se as técnicas que recorrem a processos industrializados e optando-se por soluções mais tradicionais (Milheiro, 2010), ainda que mantendo a configuração típica deste género de programas fixados desde a redação das *Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino profissional nas províncias ultramarinas* (Aguiar, Machado, Campos, 1956). A escala e a implantação urbana numa área elevada sobre a cidade do Mindelo é um dos seus aspetos centrais. Decorre da importância que estes equipamentos de ensino adquirem nas cidades coloniais e do seu significado de “representação”.

A cidade recebe ainda da DSHU-DGOPC, dois importantes projetos, que também se incluem no plano da representação, e que serão concretizados: a cadeia da Comarca de São Vicente (Júlio Naya, 1963) e o

²⁴ Actual Escola Secundária Mutu Ya Kevela.

²⁵ Os painéis estão identificados como sendo da Fábrica de Sta. Anna, Lisboa, 1959. Os temas cobrem desde a reconquista cristã, aspectos dos Descobrimentos e evangelização missionária, até à Restauração de 1640.

²⁶ Actual Escola Secundária Ludgero Lima.

hospital de São Vicente (Cruz, 1972). No último, a expressão arquitetónica sugere um maior anacronismo que outras realizações anteriores da responsabilidade dos Gabinetes, talvez pelo traçado tardio do projeto.

Nas três cidades aqui citadas um vasto programa de aformoseamento urbano – ação que também se inclui nas “arquitecturas de representação” – depende ainda da requalificação de praças e largos e colocação de estatuária evocativa do Império. No Mindelo, o monumento a Diogo Afonso, do escultor Gustavo Bastos (1956) localiza-se na marginal, junto à velha capitania. Já na Praia, para lá do redesenho da praça Alexandre Albuquerque²⁷, há ainda a considerar a implantação da estátua a Diogo Gomes do escultor Joaquim Correia, cujo pedestal corresponde a um projeto-tipo do GUU. Em Bissau, o plano iconográfico parece ser mais completo: Diogo Gomes ocupa a praça da Alfândega, Nuno Tristão assinala o arranque da Av. da República²⁸, e Honório Barreto é instalado na praça homónima. Com a independência e contrariamente ao que acontece em Cabo Verde, na capital guineense as estátuas coloniais são retiradas, permanecendo somente o monumento ao Esforço da Raça na velha praça do Império²⁹.

Arquitetura moderna e orgânica

A arquitetura moderna em território colonial está muitas vezes associada a um espírito mais progressista que África representa em relação à metrópole durante o período do Estado Novo. O primeiro edifício a ser referenciado neste conjunto é a Associação Comercial, Industrial da Guiné (1949-1952)³⁰, em Bissau, resultado de um concurso público lançado em Lisboa, no Porto e na capital guineense. O pioneirismo da sua solução arquitetónica estende-se ao restante contexto luso-africano da época. O arquiteto Jorge Chaves é o autor do projeto, não sendo conhecida outra obra sua na Guiné. Este facto comprova que, nas colónias de menor dimensão, como a Guiné ou Cabo Verde, os edifícios modernos são muitas vezes resultado de atos isolados, não correspondendo, como em outros territórios coloniais africanos, ao desenvolvimento de uma cultura arquitetónica moderna local. O edifício de configuração pavilhonar e implantação em “L”, será inclusive comparado à melhor arquitetura brasileira (Aguiar, 1964) e elogiado pela sua excecionalidade por arquitetos que trabalham para a cidade no âmbito do Ministério do Ultramar, como Oliveira ou Caria (Milheiro, 2012c). A sofisticação dos seus espaços interiores e os materiais

²⁷ Cf. processo “Praça Alexandre Albuquerque – Cidade da Praia” (n.i., s.d., AHU rolo 68 B).

²⁸ Actual Av. Amílcar Cabral.

²⁹ Actual monumento aos Heróis Nacionais, na praça homónima.

³⁰ Actual sede do PAIGC.

utilizados, na maioria importados, denunciam uma obra exigente, que terá sido periodicamente supervisionada pelo arquiteto. O processo é exemplar e também decorre da capacidade económica do próprio cliente.

Percebe-se o carácter “importado” dos projetos modernos que vão pontuando o *skyline* de Bissau, resultado de encomendas feitas a profissionais que trabalham fora do território. A Administração do porto, por exemplo, é entregue ao grupo lisboeta Multiplano (Carlos Tojal, Manuel Moreira, Carlos Roxo, 1967-1968). O projeto recorre a sistemas prefabricados e a componentes de fácil montagem, procurando-se assim superar a dificuldade crónica em encontrar materiais de construção e pessoal especializado (Tojal; Moreira; Roxo, 1968). Já a sede da Transportadora Aérea Nacional (TAP) é solicitada a um arquiteto fixado em Luanda, José Pinto da Cunha, concluindo-se próximo à independência. O edifício remete para um tratamento plástico semelhante ao de outras obras tropicais edificadas em espaços da antiga África portuguesa, correspondendo ao aperfeiçoamento de uma cultura moderna de génese luso-africana.

Promotores privados de Bissau impulsionam, ainda que timidamente, algumas iniciativas que se destacam pela linguagem moderna, manifestas, por exemplo, no traçado do edifício comercial Ancar (1957-1967), ou no painel de mosaicos do artista plástico guineense Augusto Trigo, embutido numa fachada próxima. O seu patrocínio destaca-se ainda em obras destinadas ao lazer, como a sede da União Desportiva Internacional de Bissau (UDIB), cujo salão de espetáculos funciona pelo menos desde 1961 (Agência Geral do Ultramar, 1961, p. 42), e fora da capital, em estruturas como o Sport Clube de Bafatá (1962) ou o Cine-Canchungo (Milheiro, 2012c).

Antes do plano urbano de Bissau de 1948, a cidade possui já um bairro residencial que sobressai pela dimensão do conjunto face à escala urbana³¹, com projeto de casa tipo para funcionários que segue esquemas plásticos *deco*, presentes noutros territórios coloniais como em São Tomé (Milheiro, 2012b). A passagem da Brigada de Construção de Moradias (1944-1948) deixa seis unidades residenciais de volumetrias puras e desornamentadas em fase de conclusão, formalizando três novas tipologias (Neves, 1949). Uma é a casa do governador. Após a vinda dos arquitetos do GUC, as respostas aos programas habitacionais parecem apontar para linguagens mais

³¹ Este bairro consta já do inventário realizado no arranque do governo de Sarmento Rodrigues que prepara os trabalhos urbanísticos ([Santos?], 1945/1945?).

conservadoras, como os conjuntos edificados em torno do liceu. Bairros erguidos posteriormente, como o dos funcionários dos Correios, com unidades de dois pisos, geram quadros estéticos potencialmente inovadores. No plano da habitação para as populações africanas, o bairro de Santa Luzia (1948) e o bairro da Ajuda (1965-1968) refletem o espírito pragmático das repartições de Obras públicas locais, por optarem por malhas ortogonais, reproduzindo uma casa tipo simplificada da casa tradicional africana. Para trás, ficam as propostas da DSUH-DGOPC, empenhadas em refazer traçados mais orgânicos, só parcialmente aplicadas no terreno (Plano de Urbanização dos bairros populares de Bissau, Oliveira, 1959).

Se na obra moderna da Guiné parece dominar a presença de arquitetos liberais, contratados privadamente, em Cabo Verde esta está significativamente associada aos profissionais ligados ao Ministério do Ultramar, iniciando-se aqui um período de elevada qualidade na produção média da DSUH-DGOPC. Entre as novas funções que começam a ser debatidas pelos promotores públicos, estão os programas turísticos. Em 1958, já para a DSUH-DGOPC, Lucínio Cruz desenha para o Mindelo uma estrutura hoteleira, idêntica ao hotel Porto Grande (Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 108, ilustr. p. 105) que é depois edificado na praça Nova,³² junto ao Cine Eden Park. O plano de Aguiar indica um novo edifício onde se encontra o atual hotel (ainda que não especificando um programa), contemplando a implantação de um complexo hoteleiro no gaveto da marginal com o prolongamento da Av. da República³³, o que não acontecerá.

Será um projeto realizado por António Saragga Seabra, também técnico da DSUH-DGOPC, para o Comando Naval de São Vicente (1962) a assinalar a entrada definitiva da cultura arquitetónica moderna na cidade. A implantação segue a topografia do terreno e o edifício revela um investimento plástico, que se reflete nas grelhas de ensombramento ou nas palas onduladas na cobertura, de expressão invulgar no arquipélago. Antigo formando em Londres, na Architectural Association (AA), Seabra assina ainda o conjunto do Comando Radionaval (1961-1963) localizado na região periférica da cidade. O complexo é composto pelos centros emissor e recetor, aquartelamento, três residências para oficiais, e por 12 habitações geminadas para cabos e

³² Atual Praça Amílcar Cabral.

³³ Atual Rua de Angola.

sargentos³⁴. O seu desenho indica uma alteração de orientação no seio do próprio moderno: o traçado das diferentes estruturas do Comando Radionaval procura uma maior contextualização no lugar, que se expõe nas implantações e principalmente no uso de materiais locais, assumidos no plano estético. As plantas são igualmente inovadoras, e os sistemas de ventilação refletem os estudos mais avançados, entretanto aperfeiçoados pelos professores da AA (Fry; Drew, 1982, 1ª ed. 1964). Sente-se, no projeto de Seabra, uma certa tendência “organicista”, que a cultura arquitetónica da metrópole aconselha em época de lançamento do inquérito à *Arquitetura Popular em Portugal* (1955-1961) e que avança em relação aos temas arquitetónicos do edifício anterior – já por si extraordinário – da marginal do Mindelo.

Dentro do figurino moderno, e provavelmente também da autoria de arquitetos afetos ao Ministério do Ultramar, é o Centro de Estudos de Cabo Verde da Praia³⁵. Em pleno funcionamento em 1970, existe notícia de um esboço desenvolvido na DSUH-DGOPC por António Sousa Mendes (1962) que seguindo já uma linguagem abstrata, não tem continuidade. Também de estrutura pavilhonar e situado na praça Luís Camões, este pequeno edifício, composto por gabinetes e um auditório, reflete uma certa predileção moderna em isolar o objeto arquitetónico na paisagem urbana.

Na mesma cidade, promotores privados começam a alterar a configuração arquitetónica do sítio histórico do *plateau* através da encomenda de projetos a arquitetos modernos. É o caso de um edifício, propriedade da firma Casa do Leão³⁶ na Rua Serpa Pinto, e que aqui se aponta como amostragem. O edifício comporta comércio no térreo e habitação nos andares superiores e o requerimento colocado às autoridades competentes parece apontar para a autoria do arquiteto Pedro Gregório Lopes, natural de Cabo Verde, que na década de 1960 trabalha para os serviços locais de Obras Públicas³⁷. A Casa do Leão é um exemplo de uma arquitetura moderna corrente: o recuo do primeiro andar, em relação à rua, permite insinuar a existência de pilotis, enquanto a

³⁴ Atualmente o complexo foi desmantelado, funcionando nas suas instalações, diversas instituições, como a própria Universidade. As residências foram vendidas a particulares e muitas encontram-se ocupadas. São visíveis obras de alteração nos diversos edifícios que impedem a sua compreensão como conjunto arquitetónico.

³⁵ Atual Reitoria da Universidade de Cabo Verde.

³⁶ Atual dependência dos Transportes Aéreos de Cabo Verde (Lopes, Pedro Gregório ?, “Aditamento para o projecto da Casa do Leão, cidade da Praia”, n.d, Arquivo Nacional Histórico de Cabo Verde).

³⁷ Esta autoria não foi ainda confirmada.

cobertura ondulada ensaia o terraço-jardim. A presença deste tipo de opções estéticas entre os promotores privados indicia um desejo de modernização do próprio ambiente urbano das cidades cabo-verdianas, estendendo-se às áreas de expansão do Mindelo, por exemplo.

A arquitetura construída em Cabo Verde vai, a partir dos anos de 1960, aproximar-se dos modelos organicistas. Pequenos equipamentos construídos nas zonas rurais, como escolas primárias ou tanques comunitários, etc., sofrem uma atualização de linguagem. Os desenhos reforçam a relação com o lugar, quer através dos materiais e técnicas construtivas quer das próprias configurações arquitetónicas. A anterior tendência *deco* que domina muitos dos equipamentos escolares terminados ainda na década anterior, já aqui citados, e ainda em uso no interior da ilha de Santiago, é agora substituída por edifícios de configuração “vernacular”, desenhados por técnicos ao serviço das Obras Públicas locais. A maioria corresponde à aplicação de projetos -tipo. Em São Vicente foi possível identificar, fora do Mindelo, os casos das escolas do Lameirão (des. João Barbosa, eng. Adriano Moreira Lima, 1965³⁸) e de Salamansa (Pedro Gregório Lopes, 1960³⁹). Mais extraordinário é o projeto-tipo que serve as escolas Monte Sossego e João José dos Santos, no Mindelo, cuja estrutura modular em torno de um pátio recorda soluções “estruturalistas”, gratas aos arquitetos do Team 10. A escola de Ribeira Bote segue um projeto identificado como “Escolas primárias com 8 salas – São Vicente” desenvolvido igualmente pelas Obras Públicas locais⁴⁰.

Na Guiné, o programa das escolas primárias produz, na mesma época, uma pequena obra-prima dentro da mesma tendência organicista. A escola-capela tipo para a província da Guiné, concebida de modo modular, é desenhada por Schiappa de Campos na DSUH-DGOPC (1961), recém-chegado de Londres, onde frequenta com Seabra, o mesmo curso da AA. Pelo menos um edifício relativo a este projeto-tipo é construído em Contuboeil.

Esta nova geração de arquitetos da DSUH-DGOPC introduz gradualmente uma alteração significativa nas práticas metropolitanas, convivendo com arquitetos mais velhos que, como se viu, mantêm os anteriores programas de “representação”, a que normalmente se encontra associado o

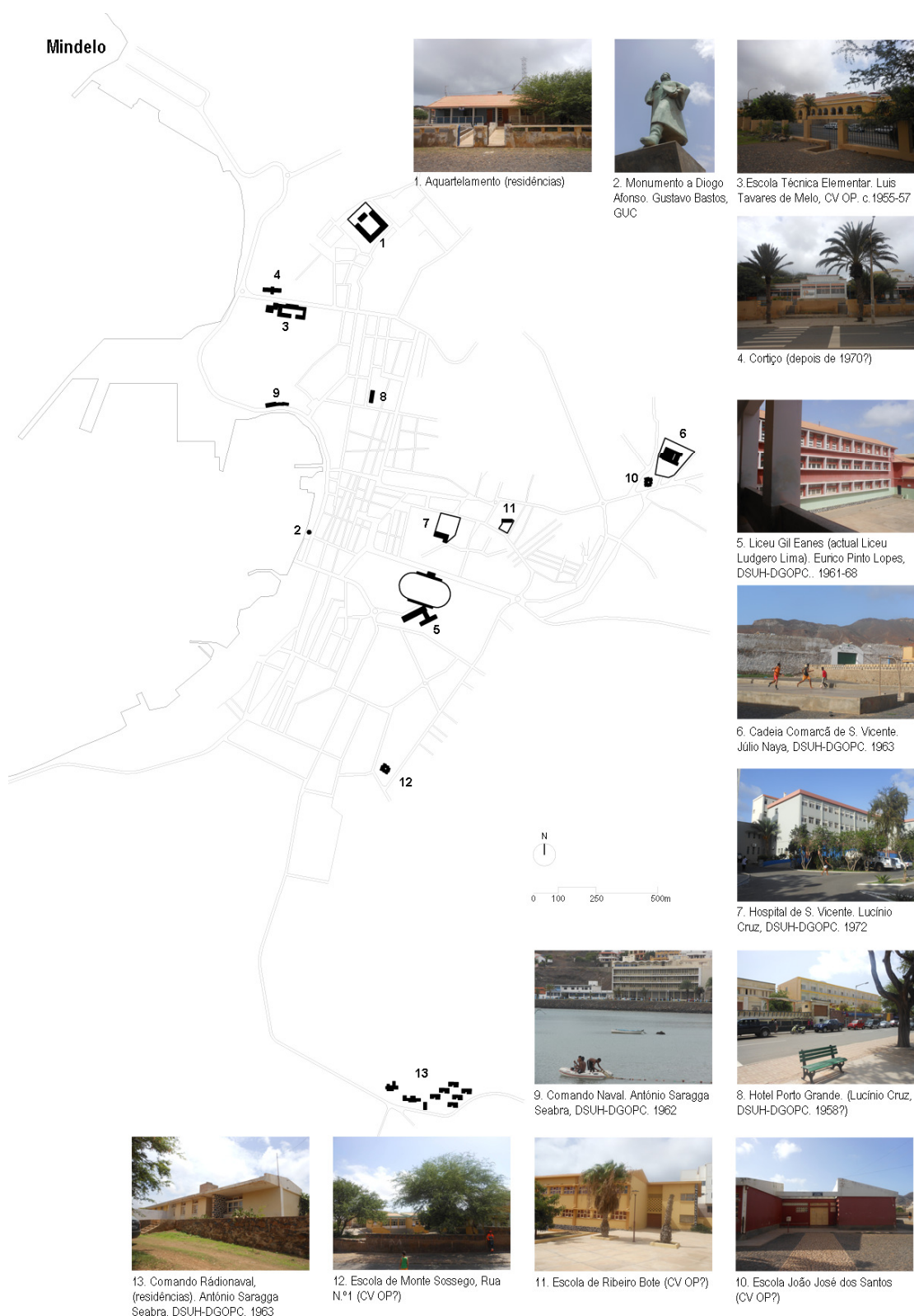
³⁸ “Projecto de Escolas Primárias Tipo 2”, des. João Barbosa, eng. Adriano Moreira Lima, Província de Cabo Verde – Obras Públicas, 1965, Arquivo Nacional Histórico de Cabo Verde.

³⁹ “Escola Primária para Cabo Verde Tipo A/B”, Pedro Gregório Lopes, Província de Cabo Verde – Obras Públicas”, 1960, Arquivo Nacional Histórico de Cabo Verde.

⁴⁰ Sem data, nem autoria.

trabalho promovido pelo Ministério do Ultramar. Mas poucos projetos inseridos numa linha mais revisionista serão todavia concretizados. Recorrendo muitas vezes a soluções experimentais, também resistem menos às vicissitudes dos trópicos, que a produção arquitetónica da geração anterior. Para Bissau, Sousa Mendes elabora o Lar de Raparigas (1966), um conjunto de dois blocos destinados a albergar jovens estudantes deslocadas das zonas interiores. Apesar da ruína em que se encontra, é possível destetar o grau de pormenorização e de detalhe que terá feito deste edifício, um dos projetos mais arrojados construídos na capital guineense a partir de Lisboa.

Na mesma época, a cidade da Praia assiste à construção do seu Seminário (DSUH-DGOPC, 1962). Projeto de Alfredo Silva e Castro trata-se de uma obra excecional. O Seminário da Praia localiza-se junto ao farol, numa área quase deserta à época da sua construção. A vida conventual organiza-se em torno de um pátio e só o acesso à igreja é aberto ao público. O desenho é delicado e o uso da pedra basáltica como material de revestimento é executado de forma subtil. Há maleabilidade na forma e adaptação à envolvente rochosa e agreste. Poucas obras em território cabo-verdiano terão alcançado este desempenho. Dentro do mesmo quadro estético continuam a ser produzidos até à independência diversos projetos para pequenos equipamentos, como postos de polícia, delegações dos CTT, etc. assinados tanto por Silva e Castro, como por Victor Consiglieri, entre outros profissionais da DСУH-DGOPC. Não foi possível ainda localizar algum que tivesse sido construído. No entanto, a marca dos arquitetos do Ministério do Ultramar assinala o fim do ciclo colonial com obras de promoção pública potencialmente mais integradas na paisagem africana.



Cidade da Praia



1. Edifício de Repartições Públicas (actual Polícia Nacional). Alexandre Bastos, GUC. 1946



2. Bairro Craveiro Lopes (CV OP?). 1954



3. Liceu Adriano Moreira (actual Liceu Domingos Ramos). Luis Tavares de Melo, CV OP. 1956-60



4. Antiga casa do Director do Liceu. Anterior a 1956



5. Palácio da Justiça. Luis Tavares de Melo, CV OP. c.1956?



6. Monumento a Diogo Gomes. Joaquim Correia, GUU



11. Seminário da Praia. Alberto Silva e Castro, DSUH-DGOPC. 1962



10. Edifício Casa do Leão. Pedro Gregório Lopes?



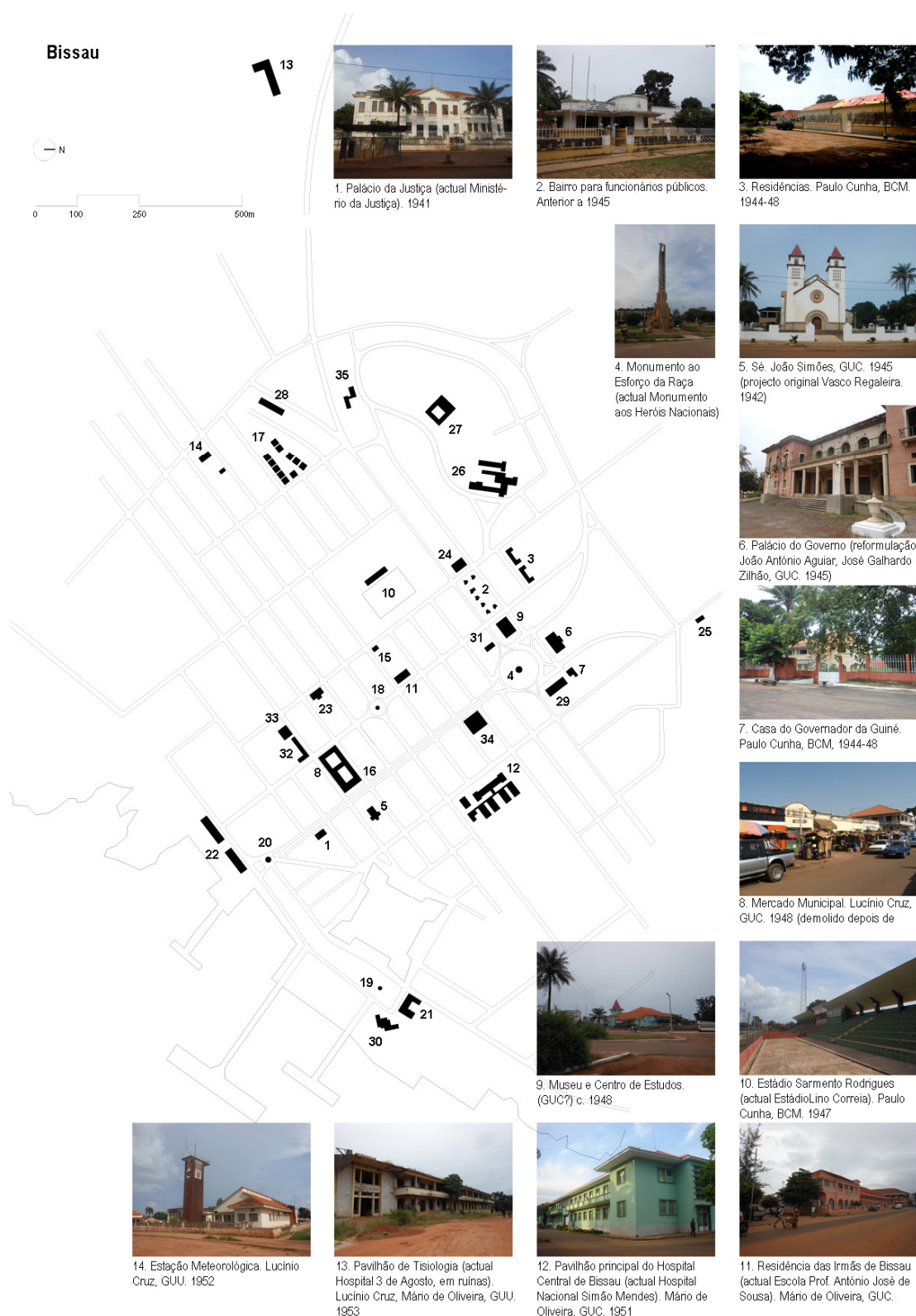
9. Centro de Estudos da Praia (DSUH-DGOPC?). Anterior a 1970



8. Central Eléctrica (CV OP?)



7. Marco das Comemorações. Severo Portela Júnior. 1960





15. Central Eléctrica



16. Sede dos CTT. Lucínio Cruz, GUU. 1960-65



17. Bairro para funcionários dos Correios.



18. Monumento a Honório Barreto (Praça Honório Barreto, desenho urbano de Eurico Pinto lopes a partir de João Aguiar, GUU, actual Praça Che Guevara)



19. Monumento a Diogo Gomes (Praça da Alfindega), GUU.



20. Monumento a Nuno Tristão



21. Alfindega (DSUH-DGOPC?)



22. Instalações da Marinha (DSUH-DGOPC?)



23. Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e da Indústria (actual Sindicato dos Trabalhadores da Guiné). Eurico Pinto Lopes, GUU, s.d.



24. Edifício do Sport Lisboa e Bissau. Eurico Pinto Lopes, GUU. 1965



25. Bombeiros. RPSOPT. 1960



26. Liceu Honório Barreto (actual Liceu Kwame N'Krumah). Carlos Abel Aires, RPSOPT. 1961-



27. Lar de Rapazes (actual Liceu Dr. Agostinho Neto)



28. Escola do Alto-Crim. 1961



29. Associação Comercial, Industrial da Guiné (actual sede do PAI/GC). Jorge Chaves. 1949-62



30. Administração do Porto. Carlos Tojal, Manuel Moreira, Carlos Roxo. 1967-68



31. Sede da TAP. Pinto da Cunha. Década de 1970



32. Edifício ANCAR. 1967-67



33. Painel de Augusto Trigo



34. UDIB. Década de 1960



35. Lar de Rapagens. António Sousa Mendes, DSH-DGOPC. 1966

Itinerários

Mapas elaborados por: Ana Vaz Milheiro/Filipa Fiúza. Projeto: *Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitectónica* [Referência FCT: PTDC/AURAQI/104964/2008].

Fotografias: Ana Vaz Milheiro, Outubro 2011 (com exceção do Mercado municipal de Bissau, Eduardo Costa Dias, Janeiro, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS

- AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR (1970), *Cabo Verde – Pequena Monografia*, Lisboa: AGU
- AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR (1967, 2ª edição), *Guiné – Pequena Monografia*, Lisboa: AGU
- AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR (1961), *Guiné – Pequena Monografia*, Lisboa: AGU
- AGUIAR, A. de (1964), *Guiné Minha Terra*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar
- AGUIAR, J. A.; MACHADO, E. G.; CAMPOS, F. S. de (1956), *Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino profissional nas províncias ultramarinas*, Lisboa: Ministério do Ultramar, Gabinete de Urbanização do Ultramar
- ALEXANDRE, V.; DIAS, J.(Coord.) (1998), “O Império Africano 1825-1890” in SERRÃO, J.; MARQUES, A.H. de O., *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. X, Lisboa: Editorial Estampa
- BARRETO, J. (1938). *História da Guiné 1418-1918*, Lisboa: Edição de autor
- CAVACA R. (director) (1946), *Projecto de um Edifício de Repartições Públicas Cabo Verde*, Trabalho 69, Memória Descritiva e Justificativa Gabinete de Urbanização Colonial, 9/11/1946 Cota AHU: Cx108
- CORREIA, A.A. P. (1948), Obras, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, nº 12, Vol. III
- CARVALHO, M. A.a S. (2006), *A Memória Educativa recuperada no Cabo Verde Boletim*, Praia: Instituto Camões
- FERNANDES, J. M. (2002), *Geração Africana – Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, Lisboa: Livros Horizonte
- FRY, M.; DREW, J. (1982 [1964]), *Tropical Architecture in the dry and humid zones*, second edition, Malabar, Florida: Robert E. K. Publishing Company, *Guiné, Alvorada do Império*, Bolama: Execução Gráfica das Oficinas da Imprensa Nacional da Guiné, 1952
- MILHEIRO, A. V. (2010), “Education Buildings in the Tropics: the work of the Colonial Planning Office in the former Portuguese Africa” in AAVV, *11th International Docomomo Conference Living in the Urban Modernity*, Mexico City: Docomomo, August 19-27
- MILHEIRO, A. V. (2011), “Fazer Escola: a arquitectura pública do Gabinete de Urbanização Colonial para Luanda” in PRADO, R. G.; MARTÍ, P.N., *La Modernidad ignorada – arquitectura moderna em Luanda*, Angola, Madrid: Universidad Alcala, p.98-131
- MILHEIRO, A. V. (2012a), *Nos Trópicos sem Le Corbusier – arquitectura luso-africana no Estado Novo*, Lisboa: Relógio d’Água
- MILHEIRO, A. V. (2012b), “São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)” in *Colóquio Internacional S. Tomé e Príncipe*, Lisboa: ISCTE-IUL, 27-29 Março, p. 87-127
- MILHEIRO, A. V. (2012c), *2011, Guiné-Bissau*. Porto: Circo de Ideias – Associação Cultural, DG-Artes

- MORAIS, J. S. (2010), *Mindelo – Património Urbano e Arquitectónico – Assentamento urbano e os seus protagonistas*, Lisboa: Caleidoscópio
- NEVES, M. J. G. V. (1949), “Actividade da brigada de construção de moradias até fins do ano de 1948”, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Vol. IV, n. 15, 1949, p. 551-579
- PAIGC (1974), *História da Guiné e ilhas de Cabo Verde*, Lisboa: Afrontamento
- POSSOLO, L. (1960), *Relatório da Missão de Serviço na Guiné*, Lisboa: DGOPC – Secção de Serviços de Urbanismo e Habitação, 07/05/1960. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1906/00999]
- [SANTOS?], J.A. dos [1945/1946? s.d.], *Relatório sobre o inquérito à cidade de Bissau e outros centros populacionais da colónia da Guiné*, Lisboa: Gabinete de Urbanização Colonial [IPAD 994]
- TOJAL, C.; MOREIRA, M.; ROXO, C. (1968), “4 trabalhos dos arquitectos Carlos Tojal, Manuel Moreira e Carlos Roxo – Administração do porto de Bissau” in *Arquitectura*, n. 101, Janeiro/Fevereiro, p.24-25